

Demonstrações Contábeis Regulatórias

Expansion Transmissão Itumbiara Marimbondo S.A.

31 de dezembro de 2016
com Relatório dos Auditores Independentes sobre as
Demonstrações Contábeis Regulatórias

Expansion Transmissão Itumbiara Marimbondo S.A.

Demonstrações contábeis regulatórias

31 de dezembro de 2016

Índice

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis regulatórias.....	1
Balancos patrimoniais.....	4
Demonstrações dos resultados	6
Demonstrações dos resultados abrangentes.....	7
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido.....	8
Demonstrações dos fluxos de caixa.....	9
Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias.....	10

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis regulatórias

Aos
Acionistas e Diretores da
Expansion Transmissão Itumbiara Marimbondo S.A.
Rio de Janeiro - RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis regulatórias da Expansion Transmissão Itumbiara Marimbondo S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis regulatórias acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira regulatória da Expansion Transmissão Itumbiara Marimbondo S.A. em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico – MCSE, aprovado pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL através da Resolução Normativa no 605, de 11 de março de 2014.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis regulatórias”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase - Base de elaboração das demonstrações contábeis regulatórias

Sem modificar nossa opinião, chamamos a atenção para a nota explicativa 2 às demonstrações contábeis regulatórias, que descreve a base de elaboração dessas demonstrações contábeis regulatórias. As demonstrações contábeis regulatórias foram elaboradas para auxiliar a Expansion Transmissão Itumbiara Marimbondo S.A. a cumprir os requisitos da ANEEL. Consequentemente, essas demonstrações contábeis regulatórias podem não ser adequadas para outro fim.

Outros assuntos

A Expansion Transmissão Itumbiara Marimbondo S.A. preparou um conjunto de demonstrações financeiras separado para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (demonstrações financeiras societárias) sobre o qual emitimos relatório de auditoria independente separado, sem modificação, com data de 10 de março de 2017.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis regulatórias

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis regulatórias de acordo com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico – MCSE, aprovado pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL através da Resolução Normativa no 605, de 11 de março de 2014 e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis regulatórias livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis regulatórias, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis regulatórias, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis regulatórias.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis regulatórias

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis regulatórias, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis regulatórias.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis regulatórias, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis regulatórias ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis regulatórias, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis regulatórias representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 10 de abril de 2017.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP015199/F-6



Gláucio Dutra da Silva
Contador CRC-1RJ090174/O-4

Expansion Transmissão Itumbiara Marimbondo S.A.

Balancos patrimoniais
31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais)

	<u>Nota</u>	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Ativo			
Ativo circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	6	16.698	7.428
Concessionárias e permissionárias	7	8.633	7.891
Estoques		553	1.370
Adiantamento a fornecedores		802	488
Impostos a recuperar		396	1.724
Outros ativos circulantes		1.015	516
		28.097	19.417
Ativo não circulante			
Outros ativos não circulantes		42	42
Imobilizado não vinculado à concessão		1.031	1.006
Imobilizado	8	126.337	131.688
Intangível	9	1.023	1.060
		128.433	133.796
		156.530	153.213

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

Expansion Transmissão Itumbiara Marimbondo S.A.

Balancos patrimoniais
31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais)

	<u>Nota</u>	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Passivo			
Passivo circulante			
Fornecedores - terceiros		255	400
Fornecedores - partes relacionadas	21	6	9
Empréstimos - partes relacionadas	10	18.928	22.696
Impostos a pagar	12	30.067	15.570
Taxas regulamentares	11	4.181	3.747
Dividendos propostos	14	541	-
Outros passivos circulantes		1.142	1.333
		55.120	43.755
Não circulante			
Empréstimos - partes relacionadas	10	18.896	45.279
Provisão para contingências	13	777	684
Outros passivos não circulantes		3.507	2.512
		23.180	48.475
Patrimônio líquido			
Capital social		58.500	58.500
Reserva de lucros		94.062	50.528
Reserva legal		11.700	11.236
Prejuízo acumulado		(86.032)	(59.281)
	14	78.230	60.983
		156.530	153.213

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

Expansion Transmissão Itumbiara Marimbondo S.A.

Demonstrações dos resultados
31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais)

	<u>Nota</u>	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Receita operacional líquida	15	68.680	67.760
Custo da operação	16	<u>(9.946)</u>	<u>(9.946)</u>
Lucro bruto		58.734	57.814
Despesas gerais e administrativas	17	(8.791)	(8.318)
Outras (despesas) / receitas operacionais		<u>(315)</u>	<u>(28)</u>
Lucro antes das receitas financeiras		49.628	49.468
Resultado financeiro	19	<u>9.627</u>	<u>(28.911)</u>
Receita financeira		21.189	12.702
Despesa financeira		(11.562)	(41.613)
Resultado antes dos impostos		<u>59.255</u>	<u>20.557</u>
Imposto de renda e contribuição social		(31.467)	(16.751)
Lucro líquido do exercício		<u>27.788</u>	<u>3.806</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

Expansion Transmissão Itumbiara Marimbondo S.A.

Demonstrações dos resultados abrangentes
31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais)

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Lucro líquido do exercício	27.788	3.806
Outros resultados abrangentes	-	-
Total de resultados abrangentes	<u>27.788</u>	<u>3.806</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

Expansion Transmissão Itumbiara Marimbondo S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais)

	Capital social	Reserva de lucros		Lucros líquido / (prejuízo) acumulado	Total
		Reserva legal	Retenção de lucros		
Saldo em 31 de dezembro de 2014 (não auditado)	58.500	11.236	66.617	(64.751)	71.602
Dividendos Intermediários pagos	-	-	(14.425)	-	(14.425)
Lucro do exercício	-	-	-	3.806	3.806
Absorção do prejuízo acumulado	-	-	(1.664)	1.664	-
Saldo em 31 de dezembro de 2015	58.500	11.236	50.528	(59.281)	60.983
Lucro do exercício	-	-	-	27.788	27.788
Constituição de reserva legal	-	464	-	(464)	-
Constituição de reserva de lucros	-	-	53.534	(53.534)	-
Dividendos intermediários pagos	-	-	(10.000)	-	(10.000)
Dividendos propostos	-	-	-	(541)	(541)
Saldo em 31 de dezembro de 2016	58.500	11.700	94.062	(86.032)	78.230

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

Expansion Transmissão Itumbiara Marimbondo S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa
31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais)

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Lucro do exercício antes dos impostos	59.255	20.557
Ajustes		
Juros e variações monetárias dos empréstimos	(8.974)	30.544
Depreciação e amortização	6.098	5.917
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	-	(384)
Provisão para contingências	93	684
Outras provisões	995	818
(Aumento) redução nos ativos operacionais		
Concessionárias e permissionárias	(742)	846
Estoques	817	(260)
Impostos a recuperar	1328	1
Adiantamentos a fornecedores	(323)	(9)
Outros ativos	(638)	789
Aumento (redução) nos passivos operacionais		
Fornecedores	(149)	(120)
Tributos e contribuições sociais	(2.751)	3.817
Impostos pagos	(14.411)	(16.824)
Juros pagos	(1.870)	(2.442)
Taxas regulamentares	434	867
Outros passivos	1	859
Fluxo de caixa gerado pelas atividades operacionais	39.163	45.660
Aquisição de imobilizado e intangível	(586)	(458)
Baixa de imobilizado e intangível	-	557
Fluxo de caixa (aplicado nas) gerado pelas atividades de investimento	(586)	99
Empréstimos pagos	(19.307)	(30.469)
Dividendos pagos	(10.000)	(13.575)
Dividendos intermediários pagos	-	(14.425)
Fluxo de caixa aplicado nas atividades de financiamento	(29.307)	(58.469)
Varição do saldo de caixa e equivalentes de caixa	9.270	(12.710)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	7.428	20.137
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	16.698	7.428

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

Expansion Transmissão Itumbiara Marimbondo S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais)

1. Informações gerais

A Expansion Transmissão Itumbiara Marimbondo S.A. (“Companhia” ou “ETIM”), é uma Companhia privada de capital fechado, constituída em 25 de maio de 2001 e estabelecida na Av. Presidente Vargas, nr.955, sala 1510, Centro, Rio de Janeiro. Possui uma filial em Minas Gerais.

A Companhia é controlada pela State Grid Brazil Holding S.A. (SGBH ou Grupo SGBH) A SGBH, que é Subsidiária da State Grid Corporate of China (SGCC), localizada em Pequim, na República Popular da China.

A Companhia iniciou suas operações em 23 de junho de 2004 e tem por objeto social a exploração de concessões de Serviços Públicos de Transmissão de Energia, prestados mediante implantação, operação e manutenção de instalações de transmissão e demais serviços complementares necessários à transmissão de energia elétrica, sendo tais atividades regulamentadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), vinculada ao Ministério de Minas e Energia (MME).

1.1. Da concessão

Em 15 de agosto de 2002, o Consórcio constituído pelos acionistas da Companhia na época foi declarado vencedor do Leilão Público realizado na Bolsa de Valores do Rio de Janeiro para a aquisição da Concessão de Transmissão de Energia Elétrica referente à interligação da subestação Itumbiara à subestação Marimbondo, ambas no Estado de Minas Gerais. O decreto de outorga da concessão, sem número, datado de 4 de dezembro de 2002, foi publicado no Diário Oficial da União de 5 de dezembro de 2002.

No dia 20 de dezembro de 2002, a Companhia assinou com a União o contrato o Contrato de Concessão nº 86/2002 - Interligação Itumbiara-Marimbondo, que regula a Concessão de Serviço Público de Transmissão, pelo prazo de 30 anos, distribuída em áreas do Estado de Minas Gerais, para implantação, operação e manutenção da instalação de linha de transmissão 500 kV Itumbiara-Marimbondo, com extensão aproximada de 210 km, com origem na subestação 500 kV Itumbiara e término na subestação 500 kV Marimbondo.

1.2. Receita anual permitida (RAP)

De acordo com os contratos de concessão de transmissão, a Companhia está autorizada a cobrar a tarifas de uso do sistema de transmissão (TUST). As tarifas são reajustadas anualmente na mesma data em que ocorrem os reajustes das RAP das concessionárias de transmissão. Esse período tarifário inicia-se em 1º de julho do ano de publicação das tarifas até 30 de junho do ano subsequente.

A RAP foi determinada em aproximadamente R\$ 26.250 (valor histórico) e será corrigida anualmente pelo IGP-M e será válida pelos primeiros 15 anos, contados a partir do início da operação comercial. No período restante, perfazendo o total de 30 anos de concessão, a RAP será reduzida a 50% do seu valor original.

Em 23 de junho de 2015, a ANEEL, de acordo com a Resolução Homologatória nº 1.918/2015, estabeleceu a RAP da Companhia em R\$71.843 para o período de 1º de julho de 2015 a 30 de junho de 2016.

Em 23 de junho de 2016, a ANEEL, de acordo com a Resolução Homologatória nº2.098/2016, estabeleceu a RAP em R\$ 79.807 para o período de 1º de julho de 2016 a 30 de junho de 2017.

Expansion Transmissão Itumbiara Marimbondo S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais)

A receita faturada dos usuários do sistema elétrico (distribuidoras e grandes consumidores) está garantida por um esquema de contas reservas e de garantias, cujos termos são estabelecidos ao se firmar o Contrato de Usos do Sistema de Transmissão (CUST) entre o usuário e o Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS).

1.3. Setor elétrico no Brasil - Transmissão

O serviço de transporte de grandes quantidades de energia elétrica por longas distâncias, no Brasil, é feito utilizando-se de uma rede de linhas de transmissão e subestações em tensão igual ou superior a 230 kV, denominada Rede Básica. Qualquer agente do setor elétrico, que produza ou consuma energia elétrica tem direito à utilização desta Rede Básica, como também o consumidor, atendidas certas exigências técnicas e legais. Este é o chamado Livre Acesso, assegurado em Lei e garantido pela ANEEL.

A operação e administração da rede básica é atribuição do ONS, pessoa jurídica de direito privado, autorizado do Poder Concedente, regulado e fiscalizado pela ANEEL, e integrado pelos titulares de geração, transmissão, distribuição e também pelos consumidores com conexão direta à rede básica.

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis regulatórias

As Demonstrações Contábeis Regulatórias (DCRs) foram preparadas de acordo com as normas, procedimentos e diretrizes emitidos pelo Órgão Regulador, a ANEEL.

No exercício de 2015 a ANEEL promoveu a revisão das normas e procedimentos contidos no Plano de Contas do Serviço Público de Energia Elétrica, instituindo o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico 2015, contendo o plano de contas, instruções contábeis e roteiro para divulgação de informações econômicas, financeiras e socioambientais resultando em importantes alterações nas práticas contábeis e de divulgação, até então aplicáveis, às empresas do setor. As normas contidas no referido Manual são de aplicação compulsória a partir de 1º de janeiro de 2015.

As DCRs foram autorizadas pela Administração em 10 de abril de 2017.

2.1. Estimativas e premissas

As DCRs foram elaboradas de acordo com diversas bases de avaliação utilizadas em estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram baseadas no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas DCRs. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a avaliação dos ativos financeiros pelo método de ajuste a valor presente, análise do risco de crédito para determinação da provisão para devedores duvidosos, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências. A Companhia revisa suas estimativas pelo menos anualmente.

2.2. Conversão de saldos em moeda estrangeira

A moeda funcional da Companhia é o Real, mesma moeda de preparação e apresentação das DCRs. Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira, são convertidos para a moeda funcional usando-se a taxa de câmbio vigente na data dos respectivos balanços patrimoniais. Os ganhos e perdas resultantes da atualização desses ativos e passivos verificados entre a taxa de câmbio vigente na data da transação e os encerramentos dos exercícios são reconhecidos como receitas ou despesas financeiras no resultado.

Expansion Transmissão Itumbiara Marimbondo S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais)

2.3. Classificação circulante versus não circulante

Os ativos e passivos são apresentados no balanço patrimonial com base na classificação circulante e não circulante. Um ativo é classificado no circulante quando: se espera realizá-lo ou se pretende vendê-lo ou consumi-lo no ciclo operacional normal, for mantido principalmente para negociação, se espera realizá-lo dentro de 12 meses após o período de divulgação ou se for caixa ou equivalentes de caixa.

Um passivo é classificado no circulante quando se espera liquidá-lo no ciclo operacional normal, for mantido principalmente para negociação, se espera realizá-lo dentro de 12 meses após o período de divulgação ou não há direito incondicional para diferir a liquidação do passivo por pelo menos 12 meses. Os demais ativos e passivos são classificados no não circulante.

3. Resumo das práticas contábeis regulatórias

As práticas contábeis regulatórias utilizadas são as mesmas adotadas nas demonstrações financeiras societárias, as quais foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais incluem as disposições da Lei das Sociedades por Ações e normas e procedimentos contábeis emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, exceto pelas práticas apresentadas a seguir:

3.1. Imobilizado e intangível

Registrado ao custo de aquisição ou construção. A depreciação/amortização é calculada pelo método linear, tomando-se por base os saldos contábeis registrados conforme legislação vigente. As taxas anuais de depreciação estão determinadas nas Resoluções vigentes emitidas pela ANEEL. Mais informações sobre as taxas de depreciação/amortização e Resoluções vigentes veja nota explicativa 8 - Imobilizado e 9 - Intangível.

O valor residual é determinado considerando a premissa de existência de indenização de parcela não amortizada de bens pela taxa de depreciação ou amortização regulatória e o prazo de vigência da concessão. O valor residual de um ativo pode aumentar ou diminuir em eventuais processos de revisão das taxas regulatórias.

O resultado na alienação ou na retirada de um item do ativo imobilizado e/ou intangível é determinado pela diferença entre o valor da venda e o saldo contábil do ativo e é reconhecido no resultado do exercício.

A Companhia mantém os ativos imobilizados e intangíveis segregados em "Em Serviço" e "Em Curso". Os itens apresentados no grupo Em serviço correspondem a imobilizados e intangíveis já unificados e em operação. Os saldos apresentados no grupo "Em curso" correspondem a projetos em desenvolvimento, compras em andamento, sobressalente não alocados a ativos em funcionamento e outras aquisições que ainda estão sob análise da Administração para que sejam unitizados, e assim, reclassificados para o grupo em serviços e tenham depreciação iniciada.

Expansion Transmissão Itumbiara Marimbondo S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais)

3.2. Reconhecimento de receita

A receita operacional do curso normal das atividades da Companhia é medido pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando existe evidência convincente de que os riscos e benefícios mais significativos foram transferidos para o comprador, de que for provável que os benefícios econômicos financeiros fluirão para a entidade, de que os custos associados possam ser estimados de maneira confiável, e de que o valor da receita operacional possa ser mensurado de maneira confiável.

4. Resumo das principais práticas contábeis (regulatórias e societárias)

4.1. Caixa e equivalentes de caixa

Os caixas equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. São considerados equivalentes de caixa as aplicações financeiras de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento em três meses ou menos, a contar da data de contratação.

4.2. Concessionárias e permissionárias

Destinam-se à contabilização de créditos referentes ao suprimento de energia elétrica faturado ao revendedor, do ajuste do fator de potência e de créditos provenientes da aplicação do acréscimo moratório, e engloba os valores a receber referentes ao serviço de transmissão de energia, registrados pelo regime de competência. O faturamento dos valores a receber é registrado conforme determinações do ONS por meio dos avisos de créditos (AVCs) mensais e faturas avulsas.

Provisão para crédito de liquidação duvidosa (PCLD) é avaliada pela Administração e constituída em montante considerado suficiente para cobrir possíveis perdas na realização dos recebíveis.

4.3. Estoques

Os estoques são avaliados ao custo ou valor líquido realizável, dos dois o menor. As provisões para estoques de baixa rotatividade ou obsoletos são constituídas quando consideradas necessárias pela Administração.

4.4. Provisão para redução ao valor recuperável (“*impairment*”)

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos não financeiros e financeiros com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas ou operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para perda ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável e as respectivas provisões são apresentadas nas notas explicativas.

Expansion Transmissão Itumbiara Marimbondo S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais)

O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos, que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa.

4.5. Impostos

Impostos sobre serviços prestados

As receitas estão sujeitas ao Programa de Integração Social (PIS) com alíquota de 1,65% e Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS) com alíquota de 7,6%. Esses tributos são deduzidos das receitas de vendas, as quais estão apresentadas na demonstração de resultado pelo seu valor líquido.

Imposto de renda e contribuição social – correntes

Em 2015 a tributação do imposto de renda e contribuição social foi feita tendo como base o lucro real.

A tributação sobre o lucro compreende o imposto de renda e a contribuição social. O imposto de renda é computado sobre o lucro tributável na alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10% para os lucros que excederem R\$240.000 no período de 12 meses, enquanto que contribuição social é calculada à alíquota de 9% sobre o lucro tributável reconhecido pelo regime de competência, portanto as inclusões ao lucro contábil de despesas, temporariamente não dedutíveis, ou exclusões de receitas, temporariamente não tributáveis, consideradas para apuração do lucro tributável corrente geram créditos ou débitos tributários diferidos.

Em 2016 o regime de tributação do imposto de renda e contribuição social foi alterado para o lucro presumido.

O imposto de renda é computado com presunção de 8% sobre a receita de venda, acrescido das demais receitas, aplicando-se a alíquota de 15% acrescida do adicional de 10% quando a base de cálculo exceder R\$ 60.000 no trimestre.

A contribuição social é computada com presunção 12% sobre a receita de venda, acrescida das demais receitas, aplicando-se a alíquota de 9%.

4.6. Provisões para contingências

A Companhia reconhece provisão para causas tributárias, cíveis e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

Expansion Transmissão Itumbiara Marimbondo S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais)

4.7. Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários não circulantes são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente.

O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários circulantes é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita dos respectivos ativos e passivos. Com base nas análises efetuadas e na melhor estimativa da Administração, concluiu-se que o ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários circulantes é irrelevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto e, dessa forma, nenhum ajuste foi realizado.

4.8. Outros ativos e passivos

Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança.

Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos doze meses, itens com liquidação superior são demonstrados como não circulantes.

4.9. Apuração do resultado

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência.

4.10. Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros somente são reconhecidos a partir da data em que a Companhia se torna parte das disposições contratuais dos instrumentos financeiros. Quando reconhecidos, são inicialmente registrados ao seu valor justo acrescido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Sua mensuração subsequente ocorre a cada data de balanço de acordo com as regras estabelecidas para cada tipo de classificação de ativos e passivos financeiros.

Ativos financeiros não derivativos

Os principais ativos financeiros reconhecidos pela Companhia são: caixa e equivalentes de caixa, concessionárias e permissionárias e ativo financeiro amortizável e indenizável.

O saldo de caixa e equivalente de caixa e concessionárias e permissionárias são classificados como empréstimos e recebíveis, pois representam ativos financeiros não derivativos com recebimentos fixos ou determináveis, porém não cotados em mercado ativo. O saldo de ativo

Expansion Transmissão Itumbiara Marimbondo S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias

31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhares de reais)

financeiro amortizável e indenizável é classificado como ativos financeiros a valor justo por meio de resultado.

Esses instrumentos financeiros ativos são mensurados pelo valor justo e após reconhecimento inicial são mensurados pelo valor justo. Os juros, atualização monetária, variação cambial, menos perdas do valor recuperável, quando aplicável, são reconhecidos no resultado quando incorridos.

Passivos financeiros não derivativos

Os principais passivos financeiros reconhecidos são: fornecedores - partes relacionadas e terceiros e empréstimos. Estes passivos financeiros não são usualmente negociados antes do vencimento. Após reconhecimento inicial, os passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método de juros efetivos. O saldo de empréstimos é classificado como passivo financeiro não mensurado ao valor justo e reconhecidos pelo seu custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos. O saldo de fornecedores de bens e serviços necessários às operações da Companhia, cujos valores são conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridos até a data dos balanços. Estes saldos também são classificados como passivo financeiro reconhecido pelo custo amortizado.

Desreconhecimento (baixa) dos ativos e passivos financeiros

Um ativo financeiro é baixado quando os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expirarem e/ou quando a Companhia transferiu os seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos, sem demora significativa, a um terceiro por força de um acordo de "repasse"; e (a) a Companhia transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (b) a Companhia não transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiu o controle sobre o ativo.

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecida na demonstração do resultado.

Ativos e passivos financeiros derivativos

A Companhia não mantém ativos ou passivos financeiros derivativos e não identificou contratos com características de derivativos embutidos separáveis.

4.11. Fluxo de caixa

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa.

Expansion Transmissão Itumbiara Marimbondo S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais)

5. Conciliação do balanço patrimonial regulatório e societário

As diferenças de práticas contábeis societárias e regulatórias apresentadas nas notas explicativas 2, 3 e 4 estão apresentadas a seguir de forma comparativa:

	Nota	31/12/2016			31/12/2015		
		Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório	Ajustes	Societário
Ativo							
Ativo circulante		28.097	(68.832)	96.929	19.417	(67.008)	86.425
Caixa e equivalentes de caixa		16.698	-	16.698	7.428	-	7.428
Concessionárias e permissionárias		8.633	-	8.633	7.891	-	7.891
Adiantamentos a fornecedores		802	-	802	488	-	488
Impostos a recuperar		396	-	396	1.724	-	1.724
Estoques		553	-	553	1.370	-	1.370
Ativo financeiro amortizável	a	-	(68.832)	68.832	-	(67.008)	67.008
Outros ativos circulantes		1.015	-	1.015	516	-	516
Ativo não circulante		128.433	(18.918)	147.351	133.796	(20.996)	154.792
Ativo financeiro amortizável	a	-	(146.042)	146.042	-	(153.519)	153.519
Outros ativos não circulantes		42	-	42	42	-	42
Imobilizado não vinculado à concessão		1.031	-	1.031	1.006	-	1.006
Imobilizado	b	126.337	126.253	84	131.688	131.603	85
Intangível	b	1.023	913	110	1.060	920	140
		156.530	(87.750)	244.280	153.213	(88.004)	241.217

Expansion Transmissão Itumbiara Marimbondo S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais)

	Nota	31/12/2016			31/12/2015		
		Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório	Ajustes	Societário
Passivo							
Passivo circulante		55.120	-	55.120	43.755	-	43.755
Fornecedores terceiros		255	-	255	400	-	400
Fornecedores partes relacionadas		6	-	6	9	-	9
Empréstimos e financiamentos com partes relacionadas		18.928	-	18.928	22.696	-	22.696
Tributos e contribuições sociais		30.067	-	30.067	15.570	-	15.570
Taxas regulamentares		4.181	-	4.181	3.747	-	3.747
Dividendos propostos		541	-	541	-	-	-
Outros passivos circulantes		1.142	-	1.142	1.333	-	1.333
Passivo não circulante		23.180	(1.718)	24.898	48.475	(28.723)	77.198
Empréstimos e financiamentos com partes relacionadas		18.896	-	18.896	45.279	-	45.279
Provisão para contingências		777	-	777	684	-	684
Tributos Diferidos	c	-	(1.718)	1.718	-	(28.723)	28.723
Outros passivos não circulantes		3.507	-	3.507	2.512	-	2.512
Patrimônio líquido		78.230	(86.032)	164.262	60.983	(59.281)	120.264
Capital social		58.500	-	58.500	58.500	-	58.500
Reserva de lucros		94.062	-	94.062	50.528	-	50.528
Reserva legal		11.700	-	11.700	11.236	-	11.236
Prejuízo acumulado	d/e	(86.032)	(86.032)	-	(59.281)	(59.281)	-
		156.530	(87.750)	244.280	153.213	(88.004)	241.217

Expansion Transmissão Itumbiara Marimbondo S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais)

	Nota	31/12/2016			31/12/2015		
		Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório	Ajustes	Societário
Receita operacional líquida	d	68.680	5.610	63.070	67.760	3.521	64.239
Custo da operação	e	(9.946)	(5.356)	(4.590)	(9.946)	(5.147)	(4.799)
Lucro bruto		58.734	254	58.480	57.814	(1.626)	59.440
Despesas gerais e administrativas		(8.791)	-	(8.791)	(8.318)	-	(8.318)
Outras receitas / (despesas) operacionais		(315)	-	(315)	(28)	-	(28)
Lucro antes das receitas e despesas financeiras		49.628	254	49.374	49.468	(1.626)	51.094
Resultado financeiro		9.627	-	9.627	(28.911)	-	(28.911)
Receita financeira		21.189	-	21.189	12.702	-	12.702
Despesa financeira		(11.562)	-	(11.562)	(41.613)	-	(41.613)
Lucro antes dos impostos		59.255	254	59.001	20.557	(1.626)	22.183
Imposto de renda e contribuição social	c	(31.467)	(27.005)	(4.462)	(16.751)	7.095	(23.846)
Lucro líquido (prejuízo) do exercício		27.788	(26.751)	54.539	3.806	5.469	(1.663)

Expansion Transmissão Itumbiara Marimbondo S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais)

Segue apresentação sobre as diferenças entre as práticas contábeis societárias e regulatórias:

a) Ativo financeiro amortizável e indenizável

De acordo com o ICPC 01 (R1) Contratos de concessão, as infraestruturas desenvolvidas no âmbito dos contratos de concessão não são reconhecidas como ativos fixos tangíveis ou como uma locação financeira, uma vez que o concessionário não possui a propriedade, tampouco controla a utilização dessa infraestrutura, passando a ser reconhecidas de acordo com o tipo de compromisso de remuneração a ser recebida pelo concessionário.

No caso dos contratos de concessão de transmissão de energia, entende-se que o concessionário tem o direito incondicional de receber determinadas quantias monetárias independentemente do nível de utilização das infraestruturas abrangidas pela concessão na utilização do modelo de ativo financeiro, classificado como “recebíveis” e registrado ao valor justo nas demonstrações financeiras societárias.

Os ativos financeiros amortizáveis e indenizáveis incluem os valores a receber decorrentes dos serviços de desenvolvimento de infraestrutura, da receita financeira e dos serviços de operação e manutenção, bem como o valor do ativo indenizável, referente ao montante que o concessionário terá direito quando do término do contrato de concessão. A Companhia considera que o valor da indenização a que terá direito deve corresponder ao valor novo de reposição ajustado pela depreciação acumulada de cada item.

Na aplicação do ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessão, que define as regras de mensuração e contabilização do ativo financeiro é necessário que os CPC 17 - Contratos de Construções, CPC 30 - Reconhecimento das receitas e CPC 38 - Instrumentos financeiros - reconhecimento e mensuração sejam aplicados em conjunto.

A aplicação dessa norma ocorre apenas no balancete societário visto que Órgão Regulador não adota esse pronunciamento. A adoção dessas normas gera impacto nas demais linhas do balanço.

b) Imobilizado e intangível

Nas demonstrações financeiras societárias o ativo imobilizado e intangível operacional são reconhecido como ativo financeiro amortizável e indenizável de acordo com as determinações do ICPC 01 (R1) e valorizados de acordo com as premissas determinadas pela Administração.

c) Impostos diferidos

Saldo referente aos registros contábeis da movimentação do ICPC 01 (R1) - Contratos de concessão que será realizado na proporção das operações considerando a receita e custos de operação realizados e depreciação do ativo imobilizado da concessão.

d) Receita

Receita de operação e manutenção

A receita de operação e manutenção é reconhecida pelo montante destinado pelo poder concedente para fazer face aos custos de operação e manutenção dos ativos de transmissão.

Expansion Transmissão Itumbiara Marimbondo S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais)

Receita de construção

A Companhia contabiliza receitas e custos relativos a serviços de construção ou melhoria da infraestrutura utilizada na prestação dos serviços de transmissão de energia elétrica. A margem de construção adotada é estabelecida como sendo igual a zero, considerando que: (i) a atividade fim da Companhia é a transmissão de energia elétrica; (ii) toda receita de construção está relacionada com a construção de infraestrutura para o alcance da sua atividade fim, e (iii) a Companhia terceiriza a construção da infraestrutura com partes não relacionadas. Mensalmente, a totalidade das adições efetuadas ao ativo intangível em curso é transferida para o resultado, como custo de construção, após dedução dos recursos provenientes do ingresso de obrigações especiais, se houver.

Remuneração dos ativos financeiros

Corresponde a remuneração pela taxa de desconto, que compreende a taxa interna de retorno do projeto, do fluxo incondicional de recursos estabelecido pelo poder concedente através da RAP.

As receitas de operação e manutenção, receita de construção e remuneração dos ativos financeiros são registradas baseadas na adoção do ICPC 01(R1) nas demonstrações financeiras societárias. Nas DCRs apenas a receita incorrida no exercício é registrada, conforme nota explicativa 3.2.

e) Custo de operação e manutenção e custo de construção

O saldo de custo de construção e operação e manutenção são reconhecidos nas demonstrações financeiras baseados com o ICPC 01 R1 e CPC 17. Nas DCRs os saldos são representados pela depreciação e amortização do ativo imobilizado e intangível.

Expansion Transmissão Itumbiara Marimbondo S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais)

6. Caixa e equivalentes de caixa

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Bancos	5.073	178
Aplicações financeiras	11.625	7.250
	<u>16.698</u>	<u>7.428</u>

A Companhia estruturou as suas aplicações financeiras por meio da participação em CDBs e Fundos de Investimento que buscam alcançar seu objetivo por meio da aplicação de seus recursos preponderantemente em cotas de fundos de investimento e/ou fundos de investimento em cotas de fundos de investimento da classe Referenciado. Tanto os CDBs como os fundos podem ter suas cotas resgatadas a qualquer tempo, com possibilidade de pronta conversão sem qualquer deságio para a Companhia em um montante conhecido de caixa, e oferecem uma remuneração atrelada à taxa CDI.

7. Concessionárias e permissionárias

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
A vencer	7.399	6.842
Vencidas até 30 dias	32	17
Vencidas até 60 dias	16	25
Vencidas até 90 dias	22	52
Vencidas até 120 dias	18	27
Vencidas até 180 dias	117	928
Vencidas há mais de 180 dias	1.100	71
	<u>8.704</u>	<u>7.962</u>
(-) PCLD	(71)	(71)
	<u>8.633</u>	<u>7.891</u>

Em função do giro das contas a receber em curtíssimo prazo, a Administração não constitui ajuste a valor presente para o referido saldo. De acordo com as normas do agente regulador, a PCLD deve ser avaliada para saldos vencidos acima de 180 dias. A Administração, por sua vez avalia as faturas vencidas cima de 180 dias de forma individualizada, e constitui a PCLD julgada necessária. Segue movimentação da PCLD:

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Saldo em 1º de janeiro	(71)	(455)
Reversão	-	384
Complemento de provisão	-	-
Saldo em 31 de dezembro	<u>(71)</u>	<u>(71)</u>

Expansion Transmissão Itumbiara Marimbondo S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais)

8. Imobilizado

8.1. Mapa movimentação ativo imobilizado

	Valor em 31/12/2015	Adições (a)	Baixas (b)	Transf. (c)	Reava- liação	Valor em 31/12/2016	Adições líquidas = (a)- (b)+(c)	Depreciação acum.	Valor líquido em 31/12/2016	Valor líquido em 31/12/2015
Ativo imobilizado em serviço										
Transmissão	193.643	-	-	191	-	193.834	191	(68.904)	124.930	130.676
Edificações, obras civis e benfeitorias	2.096	-	-	24	-	2.120	24	(907)	1.213	1.262
Máquinas e equipamentos	190.852	-	-	167	-	191.019	167	(67.645)	123.374	128.984
Veículos	685	-	-	-	-	685	-	(347)	338	424
Móveis e utensílios	10	-	-	-	-	10	-	(5)	5	6
Administração	8	-	-	-	-	8	-	(6)	2	2
Máquinas e equipamentos	8	-	-	-	-	8	-	(6)	2	2
	193.651	-	-	191	-	193.842	191	(68.910)	124.932	130.678

Expansion Transmissão Itumbiara Marimbondo S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais)

	Valor em 31/12/2015	Adições (a)	Baixas (b)	Transf. (c)	Reava- liação	Valor em 31/12/2016	Adições líquidas = (a)- (b)+(c)	Depreciação acum.	Valor líquido em 31/12/2016	Valor líquido em 31/12/2015
Ativo imobilizado em curso										
Transmissão	927	729	(143)	(191)	-	1.322	395	-	1.322	927
Máquinas e equipamentos	229	65	(116)	(156)	-	22	207	-	22	229
Outros	698	664	(27)	(35)	-	1.300	602	-	1.300	698
Administração	83	-	-	-	-	83	-	-	83	83
Máquinas e equipamentos	82	-	-	-	-	82	-	-	82	82
Outros	1	-	-	-	-	1	-	-	1	1
	1.010	729	(143)	(191)	-	1.405	395	-	1.405	1.010
Ativo imobilizado	194.661	729	(143)	-	-	195.247	586	(68.910)	126.337	131.688

Expansion Transmissão Itumbiara Marimbondo S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais)

8.2. Taxas de depreciação

	2016			2015
	Taxas anuais médias de depreciação (%)	Valor Bruto	Depreciação acumulada	Valor líquido
Imobilizado em serviço				
Transmissão	5,81%	193.834	(68.904)	130.676
Administração	16,67%	8	(6)	2
Atividades não vinculadas à concessão do serviço público de energia elétrica	10%	1.400	(369)	1.031
		195.242	(69.279)	130.678

Para a identificação da taxa anual média de depreciação, foi utilizado o percentual da Resolução Aneel 474 de 2012, por item do controle patrimonial auxiliar, sendo gerado uma média aritmética da soma dos percentuais dividido pelo número de itens registrados.

A seguir apresentamos as principais taxas de depreciação e amortização, de acordo com a Resolução ANEEL 474 de 2012, por grupo do ativo imobilizado e intangível de segregadas de acordo com as atividades operacionais:

	Taxas anuais de depreciação (%)
Imobilizado - transmissão	
Banco de capacitores seriais	5,00%
Barramento	2,50%
Chave	3,33%
Conduto e canaleta	4,00%
Condutor	2,70%
Disjuntor	3,03%
Edificação	2,00%
Estrutura (poste, torre)	3,57%
Medidor	4,00%
Painel, mesa de comando e cubículo	3,57%
Pára-raios	4,17%
Reator (ou resistor)	2,78%
Sistema de alimentação de energia	5,88%
Sistema de aterramento	3,03%
Sistema de comunicação e proteção carrier	5,00%
Sistema de proteção, medição e automação	6,67%
Sistema de radiocomunicação	6,67%
Software	20,00%
Subestação unitária	3,57%
Transformador de distribuição	4,00%
Transformador de força	2,86%
Administração central	
Equipamentos de Informática	16,67%
Veículos	14,29%
Software	20,00%
Móveis e Utensílios	6,25%

Expansion Transmissão Itumbiara Marimbondo S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais)

8.3. Principais adições do ativo imobilizado em curso em 2016

	<u>Material e equipamentos</u>
Máquinas e Equipamentos	65
	<u>65</u>

8.4. Principais adições do ativo imobilizado em serviço em 2016

<u>Imobilizado em curso operacional</u>	<u>Grupo</u>	<u>Valor</u>
Galpão para container,projeto elétrico	Edificações, obras civis e benfeitorias	128
Construção de abrigo para grupo gerador de alojamento	Edificações, obras civis e benfeitorias	85
Termômetro	Máquinas e equipamentos	49
Banco de bateria OPZV 125VCC	Máquinas e equipamentos	32
ADAM-4017-D2E 8-CH AI Module	Máquinas e equipamentos	30
Barra uso exclusivo disjuntor LTB 245kv	Máquinas e equipamentos	25

8.5. Principais baixas do ativo imobilizado em serviço 2016

Não houve baixa de ativo imobilizado no exercício de 2016.

Expansion Transmissão Itumbiara Marimbondo S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais)

9. Intangível

9.1. Mapa movimentação ativo intangível

	Valor em 31/12/2015	Adições (a)	Baixas (b)	Transf. (c)	Reava- liação	Valor em 31/12/2016	Adições líquidas = (a)- (c)+(c)	Depreciação acum.	Valor líquido em 31/12/2016	Valor líquido em 31/12/2015
Ativo intangível em serviço										
Transmissão	930	-	-	-	-	930	-	(17)	913	920
Servidões	898	-	-	-	-	898	-	-	898	898
Softwares	32	-	-	-	-	32	-	(17)	15	22
Administração	150	-	-	-	-	150	-	(40)	110	140
Softwares	150	-	-	-	-	150	-	(40)	110	140
	1.080	-	-	-	-	1.080	-	(57)	1.023	1.060
Ativo Intangível	1.080	-	-	-	-	1.080	-			

Expansion Transmissão Itumbiara Marimbondo S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais)

9.2. Taxas de amortização

	2016			2015
	Taxas anuais médias de depreciação (%)	Valor bruto	Amortização acumulada	Valor líquido
Intangível em serviço				
Transmissão	3,90%	930	(17)	913
Administração	20,00%	150	(40)	110
		1.080	(57)	1.023
				1.060

Para a identificação da taxa anual média de depreciação, foi utilizado o percentual da Resolução Aneel 474 de 2012, por item do controle patrimonial auxiliar, sendo gerado uma média aritmética da soma dos percentuais dividido pelo número de itens registrados.

Expansion Transmissão Itumbiara Marimbondo S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais)

10. Empréstimos

a) Total da dívida

Descrição	Início	Vencimento	Frequência pgto de juros	Data próx. pagamento	Frequência da amortização	Sistemática da amortização	Garantias	Encargos	2016	2015
State Grid International Development Limited (SGID) (i)	dez/13	set/18	Semestral	20/12/2017	Semestral	SAC	N/A	Libor + 2,55% a.a.	37.824	67.975
									37.824	67.975
Circulante									18.928	22.696
Não circulante									18.896	45.279
									37.824	67.975

Expansion Transmissão Itumbiara Marimbondo S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais)

- (i) A SGID é uma subsidiária 100% controlada pela SGCC, assim, faz parte do mesmo grupo econômico.
- (ii) No exercício de 2016 a empresa pagou principal e juros nos meses de junho e dezembro conforme estipulado no contrato.

Em 20 de dezembro de 2013 e 20 de junho de 2014 a SGID, como garantidora, liquidou, em nome da Companhia, as parcelas referentes ao principal e juros do empréstimo junto ao China Development Bank nos montantes de USD 3.376.784,32 e USD 3.321.681,60, correspondente a R\$ 8.014.797,59 e R\$ 7.394.063,23 respectivamente. Nas mesmas datas e montantes foi contratado, junto a SGID um empréstimo a custo de *Libor* + 0,65% a.a. e vencimento em 20 de dezembro de 2014 com pagamentos do principal e juros nesta data. Os valores devidos foram liquidados em 22 de dezembro de 2014 conforme contratado.

Em 19 de dezembro de 2014 a SGID, como garantidora, liquidou, em nome da Companhia, a parcela referente ao principal e juros do empréstimo junto ao China Development Bank no montante de USD 3.276.415,54, correspondente a R\$ 8.666.119,10. Neste mesmo montante foi contratado, junto a SGID empréstimo a custo de *Libor* + 2,55% a.a. e vencimento em 20 de junho de 2015 com pagamentos do principal e juros nesta data. Os valores devidos foram liquidados em 22 de junho de 2015 conforme contratado.

Em 23 de dezembro de 2014, devido a liquidação total do saldo devedor junto ao CDB pela SGID, foi contratado um novo empréstimo ao custo de *Libor* + 2,55% a.a. no mesmo montante de USD 23.191.304,00, correspondente a R\$ 61.804.825,16, com pagamentos de principal e juros em 8 parcelas semestrais, iniciando-se em 20 de junho 2015, e com vencimento final em 24/09/2018.

Neste empréstimo não há cláusulas de compromissos financeiros e não financeiros. E nem ativos em garantia.

b) Fluxos de pagamentos futuros da dívida (principal e juros)

	<u>Amortização</u>
2018	18.896
	<u>18.896</u>

11. Taxas regulamentares

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Reserva Global de Reversão (RGR) (i)	945	1.044
Pesquisa e desenvolvimento (P&D) (ii)	3.089	2.547
Taxa de fiscalização (TFSEE) (iii)	147	156
	<u>4.181</u>	<u>3.747</u>

(i) RGR

Taxa criada pelo Decreto n.º 41.019 de 26 de fevereiro de 1957 que tem a finalidade de prover recursos para melhoria do serviço público de energia elétrica, financiamento de fontes alternativas de energia elétrica, estudos de inventário e viabilidade de aproveitamentos de potenciais hidráulicos e para desenvolvimento e implantação de programas e projetos destinados ao combate ao desperdício e uso eficiente da energia elétrica. Conforme art. 20 da Lei nr 12.431 a vigência desta taxa ocorrerá até 2035.

Expansion Transmissão Itumbiara Marimbondo S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias

31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhares de reais)

O pagamento dessa taxa é regulamentado pelo artigo 1º da Resolução da Aneel nº 23, de 5 de fevereiro de 1999, onde determina que as concessionárias e permissionárias do serviço público de energia elétrica devem pagar à Eletrobrás mensalmente valores tendo como base em 2,5% do investimento e mantém a provisão de 2,5% da receita operacional regulatória.

Possíveis diferenças entre pagamento e provisão são ajustadas anualmente através de Despachos emitidos pela Aneel. A Administração da Companhia acompanha a emissão desses Despachos a fim de ajustar os valores pagos e reconhecidos no balanço.

(ii) P&D

Conforme as Resoluções Aneel 316 de 2008 e 504 de 2012, as concessionárias e permissionárias de serviço público devem destinar, anualmente, 1% de sua receita operacional líquida regulatória para destinação à projetos de pesquisa e desenvolvimento. Os saldos não aplicados são atualizados mensalmente pela taxa Selic, a partir do 2º mês subsequente ao seu reconhecimento até o momento de sua efetiva realização.

(iii) TFSEE

Instituída pela Lei 9.427, de 1996, e regulamentado pelo Decreto 2.410, de 1997 pela ANEEL com a finalidade de constituir sua receita, para a cobertura do custeio de suas atividades. O percentual da taxa foi atualizado pela Lei 12.783 de 2013, onde foi fixada alíquota de 0,4%, que incide sobre o saldo da receita operacional líquida regulatória.

12. Impostos a pagar

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Imposto de renda	21.532	11.162
Contribuição social sobre o lucro	7.967	4.139
PIS	34	31
COFINS	159	145
Outros	375	93
	<u>30.067</u>	<u>15.570</u>

13. Provisão para contingências

Contingências prováveis (provisionadas):

A Companhia, no curso normal de suas operações, está envolvida em processos legais, de natureza cível e tributária, trabalhista e ambiental. A Companhia constitui provisões para processos legais a valores considerados pelos seus assessores jurídicos e sua Administração como sendo suficientes para cobrir perdas prováveis. Essas provisões são apresentadas de acordo com a natureza das correspondentes causas:

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Saldos	684	684
Atualização Monetária	93	-
Saldos	<u>777</u>	<u>684</u>

Expansion Transmissão Itumbiara Marimbondo S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais)

Contingências possíveis (não provisionados):

Os consultores jurídicos analisaram a posição de todos os processos nos quais a Companhia figura como ré e estimaram as perdas possíveis em:

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Cível	-	1.996
Fiscal	7.412	8.808
	<u>7.412</u>	<u>10.804</u>

14. Patrimônio líquido

a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, o capital social subscrito e integralizado da Companhia é de R\$58.500 dividido em 58.500.000 ações ordinárias nominativas subscritas e integralizadas, no valor nominal de R\$1 cada. A composição do capital social subscrito da Companhia é como se segue:

	<u>2016 e 2015</u>
SGBH-T	99,99%
International Grid Holding Limited	0,01%
	<u>100%</u>

b) Reserva legal

A reserva legal é constituída com base em 5% do lucro líquido societário do exercício, observando-se os limites previstos pela Lei das Sociedades por Ações.

c) Dividendos

Até 2015, aos acionistas era garantido estatutariamente um dividendo mínimo obrigatório de 50% do lucro líquido após a destinação para reserva legal, calculado nos termos do artigo 202 da Lei das Sociedades por ações. Entretanto, o ato societário datado de 21 de outubro de 2016 alterou esse percentual para 1%, com vigência já para o exercício de 2016.

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
(Prejuízo)/lucro líquido do exercício	27.788	(1.663)
Reserva legal (5%)	464	-
Base de cálculo para os dividendos	54.075	-
Dividendo mínimo obrigatório (1%)	<u>541</u>	<u>-</u>

Em 20 de agosto de 2015 foram declarados dividendos intermediários no valor de R\$14.425 com base em Ata do Conselho de Administração. Esse valor foi pago em 04 de setembro de 2015. Em 01 de novembro 2016 foi quitado o valor de R\$ 1 de dividendos remanescente de 2015. Na mesma data foram declarados dividendos adicionais propostos no valor de R\$ 9.999.999.

Expansion Transmissão Itumbiara Marimbondo S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais)

15. Receita operacional líquida

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Receita operacional bruta	74.221	73.089
Receita rateio de antecipação	4.834	5.761
Receita de encargos de transmissão	75.915	70.425
Parcela ajuste do ciclo anterior	(6.374)	(3.089)
Indisponibilidade de equipamentos	(154)	(8)
Deduções da receita operacional	(5.541)	(5.329)
PIS	(483)	(475)
COFINS	(2.227)	(2.193)
P&D	(687)	(675)
RGR	(1.855)	(1.825)
TFSEE	(289)	(161)
	68.680	67.760

16. Custo da operação

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Pessoal	(1.548)	(1.722)
Material	(485)	(446)
Serviços de terceiros	(413)	(316)
Depreciação e amortização	(5.942)	(5.906)
Arrendamentos e aluguéis	-	(85)
Seguros	(41)	(36)
Tributos	(12)	(10)
Gastos diversos (i)	(1.505)	(1.425)
	(9.946)	(9.946)

(i) Grupo de contas gastos diversos de acordo com o plano de contas da ANEEL. Os maiores impactos são de serviços de telecomunicação e energia elétrica.

17. Despesas gerais e administrativas

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Pessoal	(4.418)	(4.192)
Administradores	(2.385)	(1.888)
Material	(14)	(110)
Serviços de terceiros	(306)	(368)
Arrendamentos e aluguéis	(449)	(418)
Doações	(8)	(274)
Provisão	(713)	(864)
Tributos	(27)	(5)
Depreciação e amortização	(31)	(11)
Outras	(440)	(188)
	(8.791)	(8.318)

Expansion Transmissão Itumbiara Marimbondo S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais)

18. Despesas com pessoal

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Pessoal - operação		
Remuneração	(1.021)	(1.172)
Encargos	(326)	(361)
Benefícios	(201)	(188)
Outros	-	(1)
	<u>(1.548)</u>	<u>(1.722)</u>
Pessoal - administração	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Remuneração	(2.121)	(2.223)
Encargos	(1.092)	(955)
Benefícios	(447)	(399)
Outros	(758)	(615)
Administradores	(2.385)	(1.888)
	<u>(6.803)</u>	<u>(6.080)</u>
	<u>(8.351)</u>	<u>(7.802)</u>

19. Resultado financeiro

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Receita financeira	21.189	12.702
Receitas de aplicações financeiras	1.668	2.318
Variações cambiais ativas	19.514	10.405
Outras receitas financeiras	7	(21)
Despesa financeira	(11.562)	(41.613)
Variações cambiais passivas	(8.625)	(38.656)
Juros sobre empréstimos	(1.915)	-
Juros sobre empréstimos com partes relacionadas	(1.022)	(2.293)
Outras despesas financeiras	-	(664)
	<u>9.627</u>	<u>(28.911)</u>

20. Instrumentos financeiros

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros e a administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos, visando segurança, rentabilidade e liquidez. A política de controle da Companhia é previamente aprovada pela Diretoria.

Em 2016 e 2015, a Companhia não registrou investimentos mantidos até o vencimento ou ativos financeiros disponíveis para a venda. O valor justo dos recebíveis não difere dos saldos contábeis, pois têm correção monetária consistente com taxas de mercado e/ou estão ajustados pela provisão para redução ao valor recuperável, assim, não apresentamos quadro comparativo entre os valores contábeis e justo dos instrumentos financeiros.

Todos os instrumentos financeiros da Companhia estão classificados hierarquicamente no nível 2.

Expansion Transmissão Itumbiara Marimbondo S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais)

Os instrumentos financeiros constantes do balanço patrimonial apresentam-se pelo valor contratual, que é próximo ao valor de mercado. Para determinação do valor de mercado foram utilizadas as informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas para cada situação.

20.1. Classificação dos instrumentos financeiros por categoria

Ativos mensurados pelo valor justo	Nota	2016	2015
Caixa e equivalentes de caixa	6	16.698	7.428
Ativos mensurados pelo custo amortizado			
	Nota	2016	2015
Adiantamentos a fornecedores		802	488
Concessionárias e permissionárias	7	8.633	7.891
Passivos mensurados pelo custo amortizado			
	Nota	2016	2015
Empréstimos - partes relacionadas	10	37.824	67.975
Fornecedores terceiros	-	255	400
Fornecedores partes relacionadas	21	6	9

20.2. Gestão de risco

As operações financeiras da Companhia são realizadas por intermédio da área financeira de acordo com uma estratégia conservadora, visando segurança, rentabilidade e liquidez previamente aprovada pela Diretoria do Grupo. Os principais fatores de risco mercado que poderiam afetar o negócio da Companhia são:

a) Riscos de mercado

A utilização de instrumentos financeiros pela Companhia tem como objetivo proteger seus ativos e passivos, minimizando a exposição a riscos de mercado, principalmente no que diz respeito às oscilações de taxas de juros, índices de preços e moedas. A Companhia não tem pactuado contratos de derivativos para fazer hedge contra esses riscos, porém, estes são monitorados pela Administração da Companhia, que periodicamente avalia a exposição da Companhia e propõe estratégia operacional, sistema de controle, limites de posição e limites de créditos com os demais parceiros do mercado. A Companhia também não pratica aplicações de caráter especulativo ou quaisquer outros ativos de riscos.

b) Riscos de taxa de juros

Os riscos de taxa de juros relacionam-se com a possibilidade de variações no valor justo de seus empréstimos indexados a taxas de juros pré-fixadas, no caso de tais taxas não refletirem as condições correntes de mercado. Apesar de a Companhia efetuar o monitoramento constante desses índices, até o momento não identificou a necessidade de contratar instrumentos financeiros de proteção contra o risco de taxa de juros.

c) Riscos cambiais

Os resultados da Companhia estão suscetíveis de sofrer variações, em função dos efeitos da volatilidade da taxa de câmbio sobre as transações atreladas às moedas estrangeiras,

Expansion Transmissão Itumbiara Marimbondo S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais)

principalmente em operações empréstimos. A Companhia faz acompanhamento periódico sobre sua exposição cambial e até o presente momento não identificou a necessidade de contratar instrumentos financeiros de proteção visto que os empréstimos da Companhia são contratados junto a SGID, assim, os ganhos e perdas em função da variação das taxas cambiais fica consolidado no Grupo.

Análise de sensibilidade de variações na moeda estrangeira

A Companhia calcula a sensibilidade a uma variação cabível que possa ocorrer na taxa de câmbio do U\$\$, mantendo-se todas as outras variáveis constantes, dos empréstimos com contratação em moeda estrangeira. A análise de sensibilidade foi realizada para o valor justo dos instrumentos financeiros de moeda estrangeira. O cenário atual é o valor justo em 31/12/2016. Consideramos a mudança na variável de risco de +5% e -5% respectivamente, em:

	<u>31/12/2016</u>	<u>-5%</u>	<u>5%</u>
Empréstimos	37.824	(1.537)	1.614

d) Risco de crédito

O risco de crédito está relacionado a instituições financeiras (contrapartes) com as quais a Companhia possui ativos, não cumprir com suas obrigações contratuais, ocasionando perdas financeiras. Para minimizar esses riscos, as contrapartes selecionadas são de primeira linha, o que reduz a possibilidade de não cumprimento de obrigações.

Os riscos de créditos relacionados às concessionárias e permissionárias são minimizados em virtude dos contratos assinados entre o ONS, as transmissoras e os agentes participantes da rede básica apresentarem garantias. Devido a isso, a empresa apresenta baixo nível de atrasos nos recebimentos. E em caso de inadimplência, a Companhia pode solicitar ao ONS o acionamento das garantias dos contratos.

e) Risco de liquidez

A Companhia acompanha o risco de escassez de recursos por meio de uma ferramenta de planejamento de liquidez recorrente. O objetivo da Companhia é manter o saldo entre a continuidade dos recursos e a flexibilidade através de contas garantidas e empréstimos bancários. A política é a de que as amortizações sejam distribuídas ao longo do tempo de forma balanceada.

A previsão de fluxo de caixa é realizada de forma centralizada pela Administração da Companhia através de revisões mensais. O objetivo é ter uma geração de caixa suficiente para atender as necessidades operacionais, custeio e investimento da Companhia.

Expansion Transmissão Itumbiara Marimbondo S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais)

21. Partes relacionadas

Os principais saldos com partes relacionadas em 31 de dezembro de 2016 e 2015 decorrem de transações junto a Controladora e empresas do Grupo, os quais:

21.1. Passivo

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Fornecedor partes relacionadas (i)	6	9
Dividendos propostos (nota explicativa 14)	541	-
Empréstimos (nota explicativa 10)	37.824	67.975

21.2. Resultado

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Despesa de aluguel (i)	(65)	(59)
Despesa com juros de empréstimos	(1.915)	(2.293)

(i) O saldo de despesa de aluguel e fornecedores referem-se a despesas de aluguel junto a SGBH.

22. Gestão do capital

A Companhia utiliza capital próprio e de terceiros para o financiamento de suas atividades, sendo que a utilização de capital de terceiros visa otimizar sua estrutura de capital e monitora sua estrutura de capital e a ajusta considerando as mudanças nas condições econômicas. O objetivo principal da Administração de capital é assegurar a continuidade dos negócios e maximizar o retorno ao acionista.

Não houve alterações quanto aos objetivos, políticas ou processos durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015.

23. Eventos subsequentes

Em 02 de janeiro de 2017 foi realizada reestruturação societária entre empresas investidas pela SGBH. A SGBH-E e a SGBH-T foram incorporadas por suas investidas, ETEE e ETIM, respectivamente. Ambas as empresas não possuíam operação relevante além do investimento nas duas transmissoras e a incorporação reversa não gerou impactos operacionais significativos. Ambas as operações societárias foram aprovadas através do Ofício nº 701/2016-SFF/ANEEL, datado de 30 de dezembro de 2016.